



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 21/2021 – CASAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

LICITAÇÃO BB Nº 884292

PROCESSO PROTOCOLO SEI Nº E:19620.0000003833/2021
ANEXO PROTOCOLO SEI Nº E:19620.0000003834/2021

POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE 90.000 (NOVENTA MIL) HIDRÔMETROS.



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 21/2021 – CASAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

LICITAÇÃO BB Nº 884292

PROCESSO PROTOCOLO SEI Nº E:19620.0000003833/2021
ANEXO PROTOCOLO SEI Nº E:19620.0000003834/2021

DATA DE INÍCIO PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 19/07/2021 às 16:00h (horário de Brasília)

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 03/08/2021 às 08:00 horas (horário de Brasília).

DATA DO INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: 03/08/2021 às 09:00h (horário de Brasília).

MODO DE DISPUTA: ABERTO

SISTEMA ELETRONICO UTILIZADO: www.licitacoes-e.com.br do Banco do Brasil.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

PREGOEIRO(A): DAYSELANEA CORREIA DE OLIVEIRA SILVA

PREGOEIRO(A) SUPLENTE: DJALMA NESTOR MESSIAS

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será considerado o horário de Brasília.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: As consultas referentes as dúvidas de caráter técnico ou de interpretação deste Edital deverão ser formuladas por escrito e enviadas a Comissão/Pregoeiro(a), até **as 17:00 horas do 5º dia útil** anterior à data fixada para abertura da sessão pública, preferencialmente por meio eletrônico via internet, no endereço: www.licitacoes-e.com.br ou aslic@casal.al.gov.br.

2. Os esclarecimentos decorrentes serão disponibilizados na internet no sitio – www.licitacoes-e.com.br ou www.casal.al.gov.br – como anexo ao aviso do Edital e via e-mail para os licitantes que tenham enviado para a ASLIC/CASAL o Protocolo de retirada de Edital.



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 21/2021 – CASAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Senhor(a) Licitante,

Solicito a V.S.^a. preencher o protocolo de entrega de edital abaixo, remetendo-o a ASLIC/CASAL, por meio do e-mail aslic@casal.al.gov.br.

A não remessa de recibo exime a ASLIC/CASAL da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como, de quaisquer informações adicionais.

Maceió (AL), 09 de julho de 2021.

ADELY ROBERTA MEIRELES DE OLIVEIRA
ASSESSORA DA ASLIC/CASAL



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 21/2021 – CASAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

LICITAÇÃO BB Nº 884292

FORMULÁRIO DE RETIRADA DE EDITAL

POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE 90.000 (NOVENTA MIL) HIDRÔMETROS.

RAZÃO SOCIAL:
CNPJ Nº:
ENDEREÇO:
CEP:CIDADE/ESTADO:
TELEFONE:
E-MAIL:
NOME DE PESSOA PARA CONTATO:
RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DO EDITAL:
R.G. Nº E/OU CPF Nº
ENDEREÇO:
CEP:CIDADE/ESTADO:
TELEFONE:
E-MAIL:

Recebemos cópia do instrumento convocatório acima identificado.

...../....., de de 2021.

.....
Assinatura



LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 21/2021 – CASAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

SUMÁRIO

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. DO OBJETO
2. DAS CARACTERÍSTICAS DO OBJETO, DIMENSÕES E QUANTITATIVOS
3. DO FUNDAMENTO LEGAL
4. DOS PREÇOS
5. DOS RECURSOS FINANCEIROS
6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
7. DO CADASTRO NO SISTEMA LICITAÇÕES-E DO BANCO DO BRASIL
8. DO ACOLHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO ELETRÔNICA
9. DA SESSÃO PÚBLICA, DA DISPUTA E DO PROCEDIMENTO
10. DOS PROCEDIMENTOS PARA ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA COMERCIAL
11. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
 - 11.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA
 - 11.2. HABILITAÇÃO TÉCNICA
 - 11.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA
 - 11.4. DEMAIS DOCUMENTOS
12. DO QUESTIONAMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
13. DO RECURSO
14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO
15. DO REGISTRO DO PREÇO
16. DO PAGAMENTO
17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18. DISPOSIÇÕES FINAIS

ANEXOS:

ANEXOS I: TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II: MODELO DE PLANILHA DE PREÇOS

ANEXO III: MODELOS DE DOCUMENTOS

Modelo A: Carta Proposta de Preços

Modelo B: Declarações de sujeição ao Edital

Modelo C: Declaração de ME /EPP

Modelo D: Informação conta corrente do signatário

Modelo E: Declaração de empresas com chancela no Termo de Abertura e/ou Termo de Encerramento

Modelo F: Declaração do proponente de que não se enquadra em nenhum impedimento

ANEXO IV: MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

a) Planilha de Custos



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 21/2021 – CASAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL, por meio de utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, torna público, para conhecimento de todos, a abertura de licitação no dia **03/08/2021, às 09:00h (Horário de Brasília)**, que de acordo com a Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Companhia de Saneamento de Alagoas – RILC - CASAL, em 25/02/2021 e publicado no DOE edição do dia 19/05/2021, pelo Código de Conduta e Integridade da CASAL, realizará processo licitatório do tipo **MENOR PREÇO**, na forma **ELETRÔNICA**, no site www.licitacoes-e.com.br do Banco do Brasil, destinada a contratação citada neste Edital.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- A **LICITAÇÃO CASAL** será realizado em sessão pública, por meio **ELETRÔNICO**, via **INTERNET** mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as etapas do certame, utilizando aplicativo 'licitacoes-e' do endereço eletrônico do Banco do Brasil www.licitacoes-e.com.br.
- A publicidade dos atos a serem praticados durante todo o processo licitatório, inclusive do edital, serão realizados exclusivamente através dos sítios eletrônicos: www.licitacoes-e.com.br e www.casal.al.gov.br, reservando-se todavia, a CASAL, o direito de publicar os atos por outros meios, que julgue necessário, obedecendo aos critérios de conveniência e oportunidade.
- Os trabalhos serão conduzidos por empregado(a) da Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL, denominado(a) Pregoeiro (a), habilitados e nomeados através da da RD nº 022/2021, publicada no Diário Oficial do Estado, edição do dia 15 de Junho de 2021, com poderes para receber, abrir, julgar e dar parecer no referido certame, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema eletrônico de compras no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a possível aquisição de 90.000 (noventa mil) hidrômetros, conforme descrição no Anexo I – Termo de Referência.

2. DAS CARACTERÍSTICAS DO OBJETO, DIMENSÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O objeto da presente licitação deve possuir as especificações técnicas e condições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.

2.2 Características gerais: Medidor de água do tipo hidrômetro, vazão nominal de 075 e 1,5 m³/h, DN ¾”, velocimétrico, unijato, classe metrológica “B” ou superior, relojoaria orientável com giro de até 360°, efetuado com a mão, mostrador seco, leitura direta com inclinação de 45° em relação ao plano horizontal, transmissão magnética, funcionamento reversível, equipado com dispositivo externo de regulagem, preparado para abertura e reparo em oficina. Com cúpula em policarbonato.

2.3

DIMENSÕES	QUANTIDADE
Qn = 0,75 m ³ /h – DN ¾”	85.486
Qn = 1,5 m ³ /h – DN ¾”	4.514
TOTAL	90.000

3. DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1.A presente licitação reger-se-á pelo disposto neste Edital e seus Anexos, pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Companhia de Saneamento de Alagoas – RILC/CASAL, aprovado pelo Conselho de Administração da CASAL e publicado no Diário Oficial de Alagoas em 19/05/2021, pela Lei Federal nº 13.303/2016 e pela Lei Complementar nº 123/2006.

3.2. O RILC encontra-se disponível no seguinte link: <https://www.casal.al.gov.br/tipo-de-arquivo/regulamento-de-licitacoes/>.

4. DOS PREÇOS

4.1. O orçamento estimado para contratação terá caráter **SIGILOSO**, conforme define o art. 34 da Lei nº 13.303/2016 e art. nº 23 do RILC/CASAL.

4.2. O valor de referência será divulgado na adjudicação do licitante vencedor.



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

5. DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1. Os recursos financeiros para pagamento do objeto da presente licitação são oriundos da CASAL.

5.2. As despesas decorrentes terão as seguintes classificações:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	134.200 – GERO
GRUPO DE DESPESA	900.000 – IMOBILIZADO
RUBRICA	900.955 – HIDRÔMETROS

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Respeitadas as condições legais e as constantes deste edital, poderão participar desta licitação toda e qualquer empresa regularmente estabelecida no país, especializada no ramo de objeto desta licitação, e que satisfaça integralmente as condições e exigências deste Edital.

6.2. Ao participar da LICITAÇÃO CASAL, acostando sua proposta, o licitante tacitamente declara que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

6.3. Caso o licitante se enquadre como MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE e queira utilizar-se do tratamento diferenciado destinado a estas pessoas jurídicas, contemplado pela Lei Complementar nº 123/2006, deve informar no momento do acostamento da proposta, através do sistema eletrônico, sob pena de não o fazendo, renunciar a tal tratamento, bem como, posteriormente dentro do prazo previsto, apresentar declaração, conforme **ANEXO III – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.**

6.4. Havendo lotes exclusivo(s) e/ou cota(s) reservada(s) à participação de MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, apenas estas poderão participar à competição quanto aqueles.

6.5. Estarão impedidos de competir nos lotes exclusivo(s) e/ou cota(s) reservada(s) caso existam, as MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE que se enquadrem em uma ou mais das situações disciplinadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

6.6. Nas licitações, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

6.7. Entende-se por empate a situação em que as propostas apresentadas pelas MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

6.8. O procedimento de desempate seguirá o estabelecido nos arts. 44 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.9. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no EDITAL.

6.10. O licitante será responsável formalmente por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.11. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e na legislação vigente.

6.12. Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela sociedade de economia mista a empresa:

I - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da CASAL;

II - esteja cumprindo a pena suspensão do direito de licitar e contratar aplicada pela CASAL;

III - declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou por Município, ou declarada impedida de licitar e contratar com os órgãos e entidades integrantes da Administração Pública do Estado de Alagoas, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

IV - constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

V - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

VI - constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

VII - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VIII - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

6.13. Aplica-se a vedação prevista no caput:

I - à contratação do próprio empregado ou dirigente da CASAL, como pessoa física, bem como à participação dele em processos licitatórios, na condição de licitante;

II - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) dirigente da CASAL;

b) empregado de CASAL cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

c) autoridade do Estado de Alagoas, assim entendido aqueles que exercem o cargo de Secretários de Estado, Diretores Gerais, Presidentes de Estatais e de Órgãos da Administração Direta, indireta, autárquica, fundacional, bem como dos Serviços Sociais Autônomos e seus equivalentes.

III - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CASAL há menos de 6 (seis) meses.

6.14. Nenhum licitante poderá participar desta licitação com mais de uma PROPOSTA DE PREÇOS.

7. DO CADASTRO NO SISTEMA LICITAÇÕES-E DO BANCO DO BRASIL

7.1. Cada licitante poderá participar desta licitação por meio eletrônico através de seus representantes legais previamente credenciados junto ao órgão provedor do sistema eletrônico do Banco do Brasil.

7.2. Para ter acesso ao aplicativo licitacoes-e, os interessados em participar do pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferível), obtida junto as agências do Banco do Brasil, sediadas no Brasil.

7.3. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

7.4. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação da CASAL ou por iniciativa do Banco do Brasil, devidamente justificada.

7.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil ou a CASAL a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda por terceiros.

7.6. A perda da senha ou quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, o Banco do Brasil, para imediato bloqueio do acesso.

7.7. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8. DO ACOLHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO ELETRÔNICA

8.1. O lançamento da proposta comercial, dar-se-á por meio da conexão ao sistema eletrônico do Banco do Brasil, bem como pela digitação da senha privativa do licitante.

8.2. O licitante deverá encaminhar sua proposta até o dia e horário estabelecidos no site www.licitacoes-e.com.br, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, opção acesso identificado, seguindo a sequência estabelecida pelo sistema: **oferecer proposta, participar, entregar proposta.**

8.3. Como requisito para participação da licitação eletrônica, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno atendimento aos requisitos da habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do instrumento convocatório.

8.4. Em atendimento a Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 14/2014, recomendamos a licitante que no campo "INFORMAÇÕES ADICIONAIS", declare a sua condição de ME ou EPP, sem, entretanto, identificar-se.

8.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei.



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

- 8.6. O licitante deverá observar a data e horário limite previsto para abertura da proposta.
- 8.7. Os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço total do lote e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.
- 8.8. O preço proposto para cada lote deverá contemplar todos os encargos e despesas necessárias à entrega do objeto licitado.
- 8.9. O licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
- 8.10. Até a data limite para o acolhimento das propostas, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 8.11. O licitante poderá encaminhar no Sistema Eletrônico, caso julgue necessário, arquivo anexo através da opção DOCUMENTOS, em arquivos em formato zip-file (.zip), quando do envio da proposta de preços. O nome do arquivo deverá iniciar com a palavra Anexo, ex: anexo1.zip - e o tamanho do arquivo não poderá exceder a 2MB. O licitante poderá encontrar mais informações para este procedimento no portal www.licitacoes-e.com.br, Link regras do Jogo, realizando o download da Cartilha do Fornecedor.
- 8.12. É motivo de desclassificação liminar quando o licitante colocar qualquer tipo de dado que identifique a empresa, ou seja, quando informado a pessoa jurídica, CPF, CNPJ, etc, no campo "INFORMAÇÕES ADICIONAIS" e/ou em arquivo anexado a proposta, no sistema eletrônico.

9. DA SESSÃO PÚBLICA, DA DISPUTA E DO PROCEDIMENTO

- 9.1. A Licitação será realizada mediante disputa feita à distância, em sessão pública, por meio da internet, aberta sob o comando do pregoeiro, com utilização de sua chave de acesso e senha, através do aplicativo www.licitacoes-e.com.br, constante da página eletrônica do Banco do Brasil.
- 9.2. A participação do Pregão dar-se-á por meio da conexão ao sistema eletrônico do Banco do Brasil, bem como pela digitação de sua senha privativa e posterior encaminhamento de sua proposta comercial.
- 9.3. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de MENOR PREÇO, observados os prazos de entrega do objeto, as especificações técnicas e demais condições definidas neste Edital e os preços deverão estar expressos em REAL, com no máximo 2 (duas) casas decimais após a virgula.
- 9.4. A partir do horário previsto no Edital, a sessão pública de disputa na internet ser aberta por comando da Pregoeiro(a) com a utilização de sua chave de acesso e senha.
- 9.5. OS FORNECEDORES poderão participar da sessão pública de disputa na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha.
- 9.6. O Pregoeiro(a) verificará as PROPOSTAS DE PREÇO ELETRÔNICA apresentadas para cada lote, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.
- 9.7. A desclassificação de proposta será fundamentada e registrada no sistema eletrônico, com acompanhamento em tempo real por todos os FORNECEDORES.
- 9.8. O sistema eletrônico disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro(a) e os FORNECEDORES.
- 9.9. Classificadas as PROPOSTAS DE PREÇO ELETRÔNICA, o Pregoeiro(a) dará início à fase competitiva, quando então os FORNECEDORES poderão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico.
- 9.10. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor. Apenas serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido em primeiro lugar.
- 9.11. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 9.12. Durante a sessão pública, os FORNECEDORES serão informados, automaticamente pelo sistema eletrônico, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **SEND O VEDADA A SUA IDENTIFICAÇÃO.**



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

- 9.13.** A etapa de lances da sessão de disputa pública será encerrada por decisão da(o) Pregoeiro(a)(o).
- 9.14.** O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado – TEMPO RANDÔMICO, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 9.15.** Após o encerramento da etapa de lances de sessão pública, a(o) Pregoeiro(a)(o) deverá dar início a fase de NEGOCIAÇÃO, pelo sistema eletrônico, encaminhando contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso para o LOTE, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento.
- 9.15.1.** A NEGOCIAÇÃO será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais FORNECEDORES.
- 9.15.2.** Encerrada a NEGOCIAÇÃO, não serão aceitas propostas com preços superiores aos preços unitários e/ou globais constantes na estimativa de custo da contratação elaborada pela CASAL.
- 9.15.3.** A partir da convocação do PREGOEIRO(A) para a negociação, a empresa arrematante terá até 3h (três horas) para informar se mantém a proposta ou se oferta nova proposta. Passado esse prazo, sem a apresentação de nova proposta, o Pregoeiro (a) considerará que a empresa mantém sua proposta, em ato contínuo, o mesmo informará se aceita ou não a proposta. Havendo a manutenção da proposta e a mesma não sendo aceita pelo Pregoeiro(a), a empresa arrematante será desclassificada.
- 9.16.** Quando houver desconexão, e só se esta persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.
- 9.17.** Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o **horário de BRASÍLIA** e, dessa forma, serão registrados no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.
- 9.18.** Encerrada a etapa de lances, a licitante que ofertou o melhor preço será declarada **arrematante**.

10. DOS PROCEDIMENTOS PARA ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA COMERCIAL

- 10.1.** O Pregoeiro(a) declara arrematante a licitante que ofertou o melhor preço quando do encerramento da etapa de Lances e registra aviso de que LICITANTE ARREMATANTE deve encaminhar em até 2 (dois) dias úteis contados a partir da data e hora da declaração de arrematante pelo Pregoeiro(a), preferencialmente via chat do sistema eletrônico, os documentos de habilitação juntamente com a proposta de preços, sob pena de desclassificação.
- 10.2.** Não sendo cumprido referido prazo do envio dos documentos, o Pregoeiro(a) através do site do Banco do Brasil declara desclassificada a licitante e convoca o licitante classificado imediatamente após que será declarado arrematante, quando será dado o mesmo prazo para envio dos documentos. E assim sucessivamente até que licitante classificado e convocado atenda ao prazo estipulado no Edital para o envio dos documentos de habilitação e proposta de preços.
- 10.3.** Após a análise e aprovação dos documentos enviados preferencialmente via chat do sistema eletrônico e/ou via e-mail, o Pregoeiro(a), comunicará preferencialmente via chat do sistema eletrônico e/ou e-mail, à empresa arrematante para que encaminhe os documentos de habilitação em original ou cópia autenticada por cartório competente.
- 10.4.** Os documentos de habilitação originais ou cópias autenticadas e a proposta de preços, deverão ser encaminhados via Correios, ou pessoalmente ou outro meio de envio de documentos, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados a partir da data e hora da publicação via site do Banco do Brasil de que os documentos de habilitação e proposta de preços foram aprovados pela Pregoeiro(a), em envelope lacrado, com o timbre da empresa, colado, rubricado no fecho e endereçado a Companhia de Saneamento de Alagoas, conforme modelo abaixo:

ENVELOPE – “PROPOSTA DE PREÇOS” e “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS – CASAL
RUA BARÃO DE ATALAIA, 200 – CENTRO – MACEIÓ/ALAGOAS - CEP: 57020-510
LICITAÇÃO ELETRÔNICA SRP Nº 21/2021 – CASAL
OBJETO:



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

10.5. Enviado os documentos, o licitante deve registrar no chat do site do Banco do Brasil o código de rastreamento dos documentos enviados, se forem enviados via Correios.

10.6. Os documentos de habilitação e proposta de preços podem ser solicitados por todos os licitantes, após a declaração de vencedor pelo Pregoeiro, devendo haver manifestação via chat do sistema eletrônico e/ou através do e-mail: aslic@casal.al.gov.br.

11. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para habilitação nesta Licitação CASAL, a licitante deverá apresentar a documentação relacionada a seguir, em original ou cópia autenticada por tabelião de notas ou por empregado da CASAL lotado na Assessoria de Licitação e Contratos – ASLIC/CASAL.

- a) No caso do Licitante que optar por autenticação dos documentos por funcionários da CASAL, deverá apresentar os mesmos perfeitamente legíveis juntamente com o original, para a referida autenticação até 01 (um) dia útil antes da realização da Licitação, no horário das 8:00 até às 11:00 horas e das 14:00 horas às 17:00 horas.
- b) A documentação exigida para habilitação nesta Licitação, deverá ser enviada/disponibilizada, de FORMA INTEGRAL, no prazo estabelecido no item 10, subitem 10.1, sob pena de inabilitação.
- c) Todos os documentos exigidos para habilitação nesta Licitação, DEVEM ESTÁ VIGENTES NA DATA DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS DO CERTAME LICITATÓRIO.
- d) A validade das certidões relativas a comprovação da regularidade Fiscal, Trabalhista e da Qualificação Econômica Financeira corresponderá ao prazo fixado dos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, fica estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua expedição, ressalvada a hipótese de o licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ou inferior, mediante juntada de norma legal pertinente.

11.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores bem como suas alterações ou a última alteração consolidada;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Declaração de inexistência de fato impeditivo para sua habilitação, conforme Anexo III deste edital;
- f) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, e somente a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei Federal nº 9.854/1999).
- g) Inscrição do CNPJ, onde conste atividades correlata ao objeto licitado.
- h) Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (DAU).
- i) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS.

11.2. HABILITAÇÃO TÉCNICA

11.2.1. A contratada deve comprovar que possui a devida condição de fornecer os produtos.

- a) Essa comprovação se dará por meio de atestados de fornecimento e conclusão bem-sucedida, emitidos em seu nome, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que já forneceu os produtos/materiais na quantidade mínima de 50% do quantitativo solicitado, podendo ser admitido o somatório.
- b) O(s) atestado(s) técnico(s) acima referidos(s) deve(m) ser fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

11.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

11.3.1. Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis, e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira do licitante, assinadas por Contador ou Técnico Contábil, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo representante legal da empresa. Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) **Sociedades Empresárias** – Fotocópia das páginas correspondentes do Livro Diário, devidamente autenticadas na Junta Comercial ou outro órgão equivalente do Registro de Comércio da Sede ou domicílio do licitante, com os competentes Termos de Abertura e Encerramento.
- b) **Sociedade por Ações** - Publicação no Diário Oficial da União ou do Estado ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede do licitante, e em jornal de grande circulação, editado na localidade em que está situada a sede do licitante, conforme o caput do art. 289 e o parágrafo 5º da Lei nº 6.404/76 e comprovação de autenticação pelo Órgão do Registro do Comércio do domicílio ou sede do licitante.
- c) **Sociedades Simples, Fundações ou outras Entidades sem Fins Lucrativos** – Fotocópia das páginas correspondentes do Livro Diário devidamente autenticadas no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Sede ou domicílio do licitante, com os competentes Termos de Abertura e Encerramento.

11.3.2. As empresas com menos de 01 (um) ano de existência, que ainda não tenham balanço de final de exercício, deverão apresentar Demonstrações Contábeis envolvendo seus direitos, obrigações e patrimônio líquido relativos ao período de sua existência, obedecidos os aspectos legais e formais de sua elaboração. Os índices para comprovar a boa situação financeira da empresa não serão exigidos neste caso.

11.3.3. As empresas sujeitas a apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD) nos termos do art. 2º do Decreto Federal nº 6.022/2007, com a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) deverão apresentar em documentos impressos extraídos do livro digital, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, os Termos de Abertura e Encerramento do livro digital e o Termo de Autenticação na Junta Comercial ou Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital (conforme Decreto nº 8.683, de 25 de fevereiro de 2016), todos emitidos pelo Programa Validador e Autenticador (PVA).

11.3.4. A comprovação da boa situação financeira da empresa deve ser apresentada em uma folha, em separado, contendo identificação da licitante, assinada por Contador ou Técnico Contábil, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo representante legal da empresa, calculados pelas fórmulas a seguir:

a) **Índice de Liquidez Geral**

LG ≥ 1,0

$$LG = \frac{\text{Ativo circulante} + \text{Ativo realizável a longo prazo}}{\text{Passivo circulante} + \text{Passivo exigível a longo prazo}}$$

b) **Índice de Liquidez Corrente**

LC ≥ 1,0

$$LC = \frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo circulante}}$$

c) **Grau de Endividamento Geral**

EG ≤ 1,3

$$EG = \frac{\text{Passivo circulante} + \text{Passivo exigível a longo prazo}}{\text{Ativo total}}$$



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

11.3.5. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, a mesma deverá comprovar esta condição, através de certidão simplificada expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, ou por seu enquadramento no Simples Nacional, conforme o caso, para que possa usufruir os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147 de 14 de agosto de 2014, com validade na data da licitação.

11.3.6. O licitante deverá comprovar que possui Capital Social ou Patrimônio Líquido, mínimo de 10% (dez por cento) do valor de referência do objeto licitado.

a) Capital Social - comprovado através do Contrato Social

b) Patrimônio Líquido – comprovado através do Balanço Patrimonial.

11.4. DOS DEMAIS DOCUMENTOS

11.4.1. Sempre que houver necessidade de apresentação dos ANEXOS que compõe o presente Edital, os mesmos deverão ser apresentados devidamente assinados pelo representante legal da Proponente.

11.4.2. A representação legal deverá estar devidamente comprovada visando a assinatura dos documentos integrantes do processo licitatório.

11.4.3. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital, salvo em virtude de força maior ou caso fortuito, aceitável a juízo do Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio.

11.4.4. Não serão aceitas, sob qualquer alegação, ainda que antecipadamente, documentação incompleta para posterior complementação, nem documentação por transmissão via fac-símile (fax).

12. DO QUESTIONAMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

12.1. Até o 5º dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão, qualquer pessoa física ou jurídica poderá solicitar esclarecimentos acerca da licitação, que deverão ser respondidos pela autoridade signatária do instrumento convocatório, em até 3 (três) dias úteis contados da interposição.

12.2. As respostas dadas aos esclarecimentos serão comunicadas a todos os interessados que enviarem o FORMULÁRIO DE RETIRADA DE EDITAL, e passam a integrar o instrumento convocatório na condição de anexos.

12.3. O instrumento convocatório poderá ser impugnado, motivadamente por qualquer pessoa física ou jurídica até o 5º dia útil anterior à data e horário fixados para a abertura da sessão, obrigatoriamente por meio eletrônico, no e-mail da CASAL: aslic@casal.al.gov.br e/ou no site do Banco do Brasil – www.licitacoes-e.com.br.

12.4. O Pregoeiro (a) da ASLIC/CASAL deve processar, julgar e decidir a impugnação interposta em até (três) dias úteis contados da interposição.

12.5. Se a impugnação for julgada procedente, a CASAL deverá:

I - Na hipótese de ilegalidade insanável, anular a licitação total ou parcialmente;

II - Na hipótese de defeitos ou ilegalidades sanáveis, corrigir o ato, devendo:

a) republicar o aviso da licitação pela mesma forma que se deu o texto original, devolvendo o prazo de publicidade inicialmente definido, exceto se a alteração no instrumento convocatório não afetar a participação de interessados no certame;

b) comunicar a decisão da impugnação a todos os licitantes.

12.6. Se a impugnação for julgada improcedente, a CASAL deverá comunicar a decisão diretamente ao Impugnante, dando seguimento à licitação.

12.7. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o 5º (quinto) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação.

13. DO RECURSO

13.1. Declarado o vencedor pelo Pregoeiro(a), qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

13.2. O licitante interessado terá um prazo de 03 (três) dias úteis, contados da declaração de vencedor, para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

13.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, ficando a Pregoeiro(a) autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

13.4. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.5. O recurso será dirigido a autoridade superior, por intermédio da Pregoeiro(a) que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 03 (três) dias úteis, ou nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado.

13.6. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. A declaração de adjudicação do objeto deste certame será viabilizada pela Pregoeiro(a) da CASAL, caso não haja recurso.

14.2. Após a declaração ao vencedor da licitação, não havendo interposição de recurso por parte dos licitantes, a Pregoeiro(a) da CASAL divulgará a empresa vencedora, sendo o procedimento submetido à Autoridade Superior, para homologação e contratação.

14.3. A homologação autorizada pelo Diretor Presidente da CASAL e pela Vice-Presidência de Gestão Operacional - VPO, será publicada no site do Banco do Brasil, informando o nome da empresa e o valor da proposta vencedora.

15. DO REGISTRO DO PREÇO

15.1. O registro do preço do objeto da presente licitação será efetuado conforme as condições estabelecidas neste Edital em seus Anexos, bem como a documentação e a proposta da licitante vencedora, naquilo que não contrariar os termos deste, com previsão de adaptação às normas vigentes.

15.2. A empresa classificada em primeiro lugar, declarada vencedora, será convocada após a homologação para assinar a ata de registro de preços. A empresa terá o prazo de 07 (sete) dias úteis para assinar o respectivo instrumento e devolver a CASAL, a contar do recebimento.

15.3. A empresa vencedora sendo convocada e não comparecendo para assinar a Ata de Registro de Preços, será convocado outro licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções legais cabíveis.

16. DO PAGAMENTO

16.1. Quando da solicitação do objeto registrado na Ata de Registro de Preços, a CASAL procederá de acordo com as condições abaixo:

16.1.1 O valor da Nota Fiscal/Fatura deverá corresponder aos serviços executados durante o mês, conforme o quantitativo apurado pelo Gestor do Contrato e Cronograma Físico e Financeiro, Anexo II da minuta de Contrato.

16.1.2. O pagamento será procedido após a apresentação da Nota Fiscal Fatura protocolada e devidamente conferida e atestada pelo Gestor do Contrato, contando-se o prazo de 30 (trinta) dias a partir do seu lançamento no sistema de controle de pagamento da CASAL.

16.1.3. A CONTRATADA do faturamento, deverá apresentar ao Gestor do contrato, os seguintes documentos, com data de validade atualizada:

a) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Federal, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Prova da regularidade com a Fazenda Pública Estadual, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual;

c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

16.1.4. A não apresentação dos documentos acima elencados, no prazo de 30 (trinta) dias, ensejará a rescisão do contrato.

16.1.5. Nenhum pagamento será feito sem que a licitante vencedora tenha recolhido o valor de multa eventualmente aplicada.



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

16.1.6. A emissão antecipada do documento fiscal não implicará adiantamento para o pagamento da obrigação. Havendo erro na nota fiscal, a mesma será devolvida à licitante vencedora.

16.1.7. Os pagamentos serão efetuados através de depósito bancário em conta corrente da CONTRATADA.

16.1.8. No caso de pagamento não efetuado no prazo estabelecido neste edital, o valor em atraso será corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, desde do inadimplemento até a data do efetivo pagamento.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. A recusa injusta da licitante vencedora em entregar os objetos ora licitados no prazo estipulado neste instrumento, caracteriza descumprimento da obrigação assumida, sujeitando-a a suspensão de participar em licitação e de contratar com a CASAL, durante 02 (dois) anos.

17.2. Fica sujeita a pena de detenção de 02 (dois) a 04 (quatro) anos e multa, a licitante que frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação.

17.3. A Administração poderá, garantida a prévia defesa e o contraditório, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar as seguintes sanções:

a) ADVERTÊNCIA, por escrito, pela inexecução parcial do contrato, pelo cumprimento irregular das cláusulas contratuais, pela paralisação da prestação dos serviços;

b) MULTA de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura mensal, limitada, por sua vez de incidência, a 10% (dez por cento) do valor global do contrato;

c) IMPEDIMENTO DE CONTRATAR com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

17.4. Na hipótese de a preponente incorrer em multa, esta deverá ser paga dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da notificação ou do não acolhimento da defesa, sob pena de a CASAL descontar o respectivo valor nos pagamentos vincendo.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Todas as obrigações a serem ajustadas pelas partes e suas respectivas penalidades estão previstas na minuta de contrato, Anexo deste Edital.

18.2. As licitantes ficam cientes de que é reservado à Administração o direito de apresentar redução ou acréscimo, no volume dos quantitativos de fornecimento, até o limite previsto na Lei nº 13.303/16, sem que caiba à licitante vencedora o direito a qualquer reclamação.

18.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

18.4. O Edital, assim como o Termo de Referência, estará disponível no site do Banco do Brasil – www.licitacoes-e.com.br – e no site da CASAL www.casal.al.gov.br.

18.5. A eventual tolerância a qualquer infração ao disposto neste instrumento não implicará aceitação, novação ou precedente.

18.6. Na contagem dos prazos estabelecidos para este procedimento licitatório, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, só se iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente na CASAL e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

18.7. A presente licitação, no interesse da Administração, poderá ser adiada, revogada ou anulada, sempre em despacho fundamentado, nos termos da lei.

18.8. Os casos omissos ou situações não explicitadas serão decididas pelas partes, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e RILC/CASAL, suas alterações e demais regulamentos e normas administrativas federais e estaduais, que fazem parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição.

18.9. As licitantes poderão colher informações adicionais eventualmente necessárias sobre o certame, ou através do site do Banco do Brasil – www.licitacoes-e.com.br – ou do site da CASAL www.casal.al.gov.br ou do e-mail: aslic@casal.al.gov.br.



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

18.10. Ao receber o Edital a licitante deverá declarar o e-mail em que recebe notificações, obrigando-se a comunicar qualquer mudança posterior, sob pena de reputar-se válida a notificação encaminhada ao e-mail fornecido.

18.11. O contratado tem a obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

Maceió (AL), 09 de Julho de 2021.

ADELY ROBERTA MEIRELES DE OLIVEIRA
ASSESSORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

VISTO:

HUMBERTO CARVALHO JÚNIOR
VICE-PRESIDENTE DE GESTÃO OPERACIONAL



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 21/2021 – CASAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

TERMO DE REFERÊNCIA

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA MEDIDORES DE ÁGUA DO TIPO HIDRÔMETRO, VELOCIMÉTRICOS, CLASSE METROLÓGICA B, DN 3/4", UNIJATO, COM VAZÃO NOMINAL= 0,75 E 1,5 m³/hora

MACEIÓ - 2021



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MEDIDORES VELOCIMÉTRICOS

1. OBJETIVOS

- 1.1. Definir as exigências mínimas da Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL quanto às características técnicas, metrológicas, métodos de ensaios e recebimento de hidrômetros, classe "B", com vazão nominal de 0,75 e 1,5 m³/h, para possível aquisição de 90.000 (noventa mil) hidrômetros, por meio de uma Licitação Eletrônica - SRP;
- 1.2. Definir os critérios para a Qualificação Técnica da proposta de menor preço;
- 1.3. Estabelecer que a fabricação dos hidrômetros deve seguir as determinações das normas, em vigência, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e Portaria do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO. Todos os hidrômetros ofertados no certame devem ser apresentados de acordo com as especificações técnicas constantes no presente Termo de Referência;
 - Apresentar Portaria de aprovação dos modelos junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial –INMETRO;
 - Estar em conformidade com as **Normas da ABNT NBR NM 212/1999, NR8009 NBR 8194/2004, NBR 15538/2014 e Portaria de nº 246/2.000.**

2. DEFINIÇÕES

- 2.1. Hidrômetro: Instrumento destinado a medir e indicar, continuamente, o volume de água que o atravessa;
- 2.2. Hidrômetro Velocimétrico: Instrumento dotado de um elemento móvel acionado pela incidência de um ou vários jatos tangenciais de água e cujo movimento é transmitido aos dispositivos que totalizam o volume;
- 2.3. Vazão (Q): Quociente do volume de água escoado através do hidrômetro pelo tempo do escoamento deste volume, expresso em metros cúbicos por hora (m³/h);
- 2.4. Vazão Máxima(Q_{máx}): Vazão mais elevada na qual o hidrômetro, em escoamento uniforme é solicitado a funcionar, por curto período, mantendo seu desempenho metrológico em uso normal e na qual a perda de carga é no máximo 0,1 Mpa;
- 2.5. Vazão Nominal (Q_n): Vazão, que identifica o hidrômetro, correspondente a 50% da vazão máxima, na qual a perda de carga é no máximo 0,025 MPa;
- 2.6. Vazão de Transição (Q_t): Vazão, em escoamento uniforme, que define a separação dos campos de medição inferior e superior;
- 2.7. Vazão Mínima (Q_{min}): Menor vazão, na qual o hidrômetro fornece indicações que não possuam erros superiores aos erros máximos admissíveis;
- 2.8. Início do Movimento: Vazão a partir da qual o hidrômetro começa a dar indicação de volume, sem submissão aos erros máximos admissíveis;
- 2.9. Pressão de Serviço: Pressão existente na linha de abastecimento, em condições normais, a montante do hidrômetro;
- 2.10. Perda de Carga: Perda de pressão na linha de abastecimento decorrente da inserção do hidrômetro na mesma;
- 2.11. Campo de Medição: Intervalo que comporta vazões compreendidas entre a vazão mínima e a vazão máxima dentro do qual, os hidrômetros não devem apresentar erros superiores aos máximos admissíveis. Divide-se em dois campos superior e inferior, separados pela vazão de transição;



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

- 2.12. Campo Inferior de Medição: Intervalo que comporta vazões compreendidas entre a vazão mínima (inclusive) e a vazão de transição (exclusive);
- 2.13. Campo Superior de Medição: Intervalo que comporta vazões compreendidas entre a vazão de transição (inclusive) e a vazão máxima;
- 2.14. Erro Absoluto do Hidrômetro: Diferença entre o volume indicado e o volume do líquido efetivamente escoado através do hidrômetro;
- 2.15. Erro Relativo de Hidrômetro: Quociente do erro absoluto pelo valor do volume efetivamente escoado através do hidrômetro, expresso em porcentagem (%).

3. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

3.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

Medidor de água do tipo hidrômetro, Vazão Nominal de 0,75 e 1,5 m³/h, DN 3/4", Velocimétrico, Unijato, classe metrológica "B" ou superior, relojoaria orientável com giro de até 360°, efetuado com a mão, mostrador seco, leitura direta com inclinação de 45° em relação ao plano horizontal, transmissão magnética, funcionamento reversível, equipado com dispositivo externo de regulagem, preparado para abertura e reparo em oficina. Com cúpula em policarbonato.

3.2. COMPONENTES PRINCIPAIS

3.2.1. Cúpula

Deve ser em policarbonato totalmente transparente a prova de condensação de vapor de água, deve ser protegida por uma tampa plástica articulada no anel da cabeça por pino metálico e abrir 180º graus.

3.2.2. Relojoaria

- Deve ser fixada diretamente na carcaça por anel de fechamento rosqueado ou com trava. A relojoaria não deve permitir condensação em condições normais de utilização;
- Deve trazer gravada a logomarca da CASAL mediante prévia aprovação de modelo. O fornecedor deverá encaminhar proposta do layout do mostrador antes do primeiro fornecimento;
- Deve ser do tipo 45º, seca, leitura direta e orientável manualmente em até 360 graus.

3.2.3. Carcaça

- A carcaça deve ser construída em liga de cobre com no mínimo 60% de cobre de modo a suportar uma pressão estática de 20 Kgf/cm², sem sofrer deformações nem apresentar falhas;
- Deve conter seta indicando o sentido do fluxo e um número indicativo da vazão máxima em ambos os lados em alto relevo;
- Deve possuir um único dispositivo de regulagem. O parafuso de lacração deve ser metálico com orifício que permita sua lacração com o medidor;
- Deve possuir um filtro de material não ferruginoso e que impeça a passagem de uma esfera de 2,5 mm de diâmetro;
- Os medidores devem ter gravado a numeração alfanumérica em ambos os lados do seu corpo;
- As roscas de entrada e saída de água devem ser entregues protegidas com tampas plásticas.

3.2.4. Materiais

Deve apresentar resistência mecânica e química adequada à sua utilização de modo a



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

resistir a todos os processos de corrosão interna e externa causada pela luz solar, água, variação de temperaturas, agressividade do meio ambiente, e não interferir nos padrões de potabilidade da água para o consumo humano;

3.3. DIMENSÕES E QUANTITATIVOS

DIMENSÕES	QUANTIDADE
$Q_n = 0,75 \text{ m}^3/\text{h} - \text{DN } \frac{3}{4}''$	85.486
$Q_n = 1,5 \text{ m}^3/\text{h} - \text{DN } \frac{3}{4}''$	4.514
TOTAL	90.000

3.3.1. Carcaças

As carcaças dos hidrômetros devem ter as seguintes indicações:

- a) Seta indicadora do sentido de escoamento de água em ambos os lados, em alto relevo;
- b) Número correspondente à vazão máxima, em ambos os lados, em alto ou baixo relevo, em altura e profundidade mínima de 0,3mm;
- c) Sinais mais (+) e menos (-) no dispositivo de regulagem, em alto ou baixo relevo.

3.3.2. Numeração dos hidrômetros

Os hidrômetros de vazão nominal de até $10,0\text{m}^3/\text{h}$ devem ter gravado a numeração em ambos os lados do seu corpo. A numeração deve ser:

- a) O número em ambos os lados da carcaça, em alto ou baixo relevo, em altura e profundidade mínima de 0,3mm;
- b) A numeração da carcaça deve conter 10 dígitos alfanuméricos não podendo coincidir com a numeração já existente no cadastro da CASAL;
- c) A numeração do hidrômetro deverá constar em fita adesiva afixada na parte interna da tampa. Esta etiqueta deverá ser confeccionada em material que permita a sua retirada e fixação nas ordens de serviço de campo sem se danificar.

3.3.3. Os hidrômetros, devem permitir ligação à tubulação, por meio de porcas, tubetes e anéis de vedação.

3.3.4. As carcaças dos hidrômetros, devem ser de liga de cobre com um mínimo de 60% de cobre.

3.4. DISPOSITIVO DE REGULAGEM

- a) Deve ser único, externo e permitir modificar a relação entre os volumes indicados e efetivamente escoados, dentro da faixa de no mínimo 4% nominal ou permanente; o dispositivo deve ter indicado o sinal para ajuste positivo (+) e sinal para ajuste negativo (-);
- b) Deve ser composta por um parafuso de ajuste externo, sem fim com fenda, em material plástico de engenharia protegido por um parafuso com cabeça sextavada em latão ou bronze.

3.5. FILTRO

- a) Todo medidor deve estar provido de filtro facilmente desmontável, instalado à montante do elemento de medição;
- b) Deve ser construído de material resistente à corrosão e com área filtrante efetiva igual ou superior a duas vezes a da seção de entrada da câmara do mecanismo de medição, e que



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

impeça a passagem de esfera de diâmetro 2,5 mm para medidores $Q_n < 5\text{m}^3/\text{h}$.

3.6. LACRE

- a) A cabeça do parafuso de proteção do regulador deve possuir um furo que permita selar o dispositivo de regulagem;
- b) As porcas dos tubetes e os parafusos (ponta e cabeça) dos flanges devem possuir furos que permitam a selagem do medidor com a ligação de água.

3.7. RELOJOARIA

- a) O sistema de leitura dos hidrômetros deve ter uma inclinação de 45° em relação ao plano horizontal;
- b) O volume expresso em m^3 se indica através de um sistema de leitura direta com totalizador de cifras saltantes. Os dígitos do sistema de leitura de m^3 devem ser de cor preta sobre fundo branco;
- c) O volume expresso em litros deve ser uma combinação de um sistema de leitura direta e indireta com totalizador de cifras saltantes e ponteiros. Os dígitos do sistema de leitura de litros devem ser de cor vermelha sobre fundo branco;
- d) A escala de cada elemento do totalizador deve conter 10 algarismos. O avanço de qualquer dígito deve se completar quando o dígito de valor imediatamente inferior completa o último décimo de sua trajetória;
- e) O sistema de totalização deve registrar um volume de pelo menos 9999m^3 nos medidores especificados;
- f) O dispositivo totalizador deve ser do tipo seco, sem contato com a água a ser medida e orientável com giro de até 360° efetuado com a mão.

3.8. CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS

- a) A relojoaria deve estar protegida por uma cúpula transparente, que assegure uma fácil leitura, sobre a qual se coloca uma tampa de proteção suplementar;
- b) O anel de fechamento ou porca superior pode ser metálico (bronze ou latão) com rosca ou em plástico de engenharia reforçado com anel metálico para evitar fraudes por perfurações;
- c) As extremidades de entrada e saída do medidor devem estar situadas a um ângulo de 180 graus sobre o mesmo eixo;
- d) O parafuso de lacração do regulador deve ser metálico fabricado em latão ou bronze;
- e) O parafuso sem fim do regulador deve ser fabricado em material plástico de engenharia e possuir uma fenda que permita girar para direita ou esquerda.

4. CARACTERÍSTICAS METROLÓGICAS

4.1. Erro Máximos Admissíveis ou Erros Relativos, em porcentagem

$(E\%) E\% = (V_i - V_c)/V_c \times 100$, Onde:

V_c : Volume de referência = Volume escoado e recolhido no tanque calibrado;

V_i : Volume indicado pelo medidor = Leitura Final – Leitura Inicial.

Os erros máximos admissíveis para cada zona de medição são:

a) Zona inferior, $Q_{\min} \leq \text{VAZÃO} \leq Q_t$: $E = \pm 5\%$

b) Zona superior, $Q_t \leq \text{VAZÃO} \leq Q_n$: $E = \pm 2\%$

4.2. Fatores de Carga e Temperatura

- a) Os hidrômetros devem resistir estanques a pressão hidrostática de pelo menos 2,0 MPa ou 20bar durante um minuto ou 1,5 MPa por quinze minutos e atender a todos os fatores de carga previsto em norma;
- b) A temperatura máxima da água a ser medida pode variar de $+1^\circ\text{C}$ a $+40^\circ\text{C}$.

5. ENSAIOS, ACABAMENTO E EMBALAGEM

- 5.1.** Os ensaios devem ser efetuados à temperatura ambiente e antes do seu início os medidores funcionarão pelo menos 10 min, na vazão máxima;



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

- 5.2. Após a fabricação, os medidores devem ser aferidos pelo fabricante, para enquadrá-los dentro dos requisitos de precisão, estabelecidos na norma vigente;
 - 5.3. Perda de Carga: Será determinada na vazão máxima, para o conjunto hidrômetro e filtro, e seu valor deve atender a exigência da norma vigente;
 - 5.4. Ensaio Hidrostáticos: Os hidrômetros serão submetidos a uma pressão hidrostática estabelecida pela norma vigente, não devendo durante ou após os ensaios apresentarem vazamentos e nem alterações em suas características técnicas e metrológicas;
 - 5.5. Acoplamento Magnético: Os hidrômetros serão submetidos a um campo magnético gerado por um par de ímãs e após os ensaios os mesmos devem apresentar erros de indicação dentro dos valores previstos pela norma vigente;
 - 5.6. Ensaio de Determinação do teor de Cobre: As carcaças dos medidores poderão ser submetidas ao ensaio para verificação do teor de cobre estabelecido na norma vigente;
 - 5.7. Para garantir a qualidade, caso necessário, poderá ser realizado qualquer tipo de ensaio além dos previstos nas normas de hidrômetros e nesta especificação;
 - 5.8. Lacre: Antes de serem embalados, os medidores de fabricação nacional devem ser lacrados na fábrica para garantir sua inviolabilidade. Os de fabricação internacional, a lacração deve ser realizada em local determinado pelo INMETRO;
 - 5.9. Embalagem: Os hidrômetros devem ser adequadamente embalados em caixa autoportantes com no máximo 20 unidades e trazer escrito na parte externa: o nome CASAL; do fabricante; o número do ITEM; capacidade x diâmetro; e a numeração dos hidrômetros. As embalagens devem acondicionar os hidrômetros, de forma a não se chocarem uns com os outros durante o transporte para que não haja danos, e permitir um empilhamento de até oito caixas sem sofrer esmagamento. Os hidrômetros devem ser fornecidos com suas extremidades tampoadas, de modo a evitar danos às roscas e não permitir a entrada de corpos estranhos em seu interior durante o transporte e armazenamento dos mesmos;
 - 5.10. Despesas com os Ensaio: Todos os custos referentes aos Ensaio de Verificação de Erros, Hidrostático e outros, bem como os serviços de lacração do medidor é de inteira responsabilidade do fabricante.
- 6. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**
- 6.1. Apresentar declaração(ões), assinada(s) e com reconhecimento de firma, que comprovem que o licitante já forneceu, pelo menos, 45.000 (quarenta e cinco mil) hidrômetros.
- 7. DO RECEBIMENTO E ENSAIOS**
- 7.1. Inspeção visual: Consiste em verificar se os hidrômetros fornecidos atendem às características quanto às dimensões, inscrições, mostrador, condições de leitura e outras observáveis visualmente.
 - 7.2. Inspeção dimensional: Consiste em verificar se as dimensões dos hidrômetros e das roscas estão de acordo com as Normas Vigentes.
 - 7.3. Ensaio Hidrostático: Consiste em verificar se os medidores suportam sem danos ao seu funcionamento, sem vazamentos e/ou exsudação à pressão hidrostática de acordo com as Normas Vigentes.
 - 7.4. Ensaio de Acoplamento Magnético: Consiste na comparação dos erros de indicação apresentados pelo medidor antes e após ser submetidos a um campo magnético gerado por um par de ímãs, de acordo com as Normas Vigentes.
 - 7.5. Ensaio de Erros de Indicação Iniciais: Consistem na verificação dos erros de indicação de cada medidor nas vazões Nominal, Transição e Mínima, por três vezes cada. Os erros verificados



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

deverão estar de acordo com as Normas Vigentes; os ensaios de IDM (Índice de Desempenho da Medição) se pautarão pela NBR15.538/2014.

- 7.6.** Ensaio de Desgaste Acelerados Contínuo: Consiste em submeter os medidores há cem (100) horas contínuas, definidos em Norma.
- 7.7.** Ensaio de Desgaste Cíclico em Baixas Vazões: Consiste em submeter os medidores a vazões e tempos por 100 horas, definidos em Norma.
- 7.8.** Índice de Desempenho metrológico (IDM): Após as 200 horas de desgaste (fadiga contínua e desgaste cíclico), o IDM de cada medidor da amostra deverá ser calculado conforme a Norma NBR 15.538/2.014, utilizando o “Perfil Média Brasil”; cada medidor individualmente deverá atender a referida norma e a média dos ensaios deverá atender 92%.
- 7.9.** Durante as fases de fabricação, o fabricante não poderá introduzir alterações no modelo do hidrômetro objeto do contrato, sem autorização por escrito da CASAL.
- 7.10.** O fabricante deve comunicar o início de fabricação do ITEM e controlar a qualidade durante e após a fabricação do produto para que durante a inspeção na fábrica o mesmo apresente documentos que comprovem os métodos de controle e prevenção de falhas de fabricação, no mínimo, para relojoaria, turbina e carcaça.
- 7.11.** Os ITENS de hidrômetros, devem estar separados de forma a facilitar a coleta de amostras para inspeção. É reservado à CASAL o direito de a seu critério exclusivo, escolher a percentagem de cada ITEM a ser ensaiado.
- 7.12.** A percentagem, a critério da CASAL, poderá variar durante o recebimento total dos medidores sendo que, no mínimo, deverão ser ensaiados 25% do ITEM.
- 7.13.** Os hidrômetros podem ser submetidos a qualquer tipo de ensaios, previsto em norma e por estas especificações, nas instalações do fabricante ou em entidade especializada designada pela CASAL, com os custos de deslocamentos e hospedagens por conta do fabricante.
- 7.14.** Os testes serão realizados sempre de acordo com a Portaria nº 246/2000 do INMETRO.

8. DA ACEITAÇÃO OU REJEIÇÃO

- 8.1.** Os ensaios e testes a que se refere esta especificação poderão estender-se a critério da CASAL, a todos os ITENS e/ou fornecimento e os medidores que não atenderem a todos os requisitos e condições contidas nestas especificações serão rejeitados.
- 8.2.** O índice máximo de rejeição para Certificação e Aceitação do ITEM é de 5% ou seja, se o percentual de unidade defeituosa for maior que 5% do total de medidores ensaiados, a totalidade do ITEM será rejeitado. Também serão rejeitados os hidrômetros que não aferirem na vazão mínima com no máximo uma regulagem.
- 8.3.** Se o total de medidores rejeitados for igual ou menor que o percentual de 5%, os medidores rejeitados deverão ser substituídos, pelo fornecedor, por outros que devem ser submetidos aos procedimentos já referidos nesta especificação, porém, tal substituição não deverá ser considerada como razão para qualquer atraso na programação de entrega dos medidores.
- 8.4.** O controle de qualidade e os critérios para aceitação e rejeição dos hidrômetros serão os da NBR 5426 da ABNT – Planos de amostragem e Procedimentos na inspeção por atributo (ensaios) – Codificação de amostragem, nível de inspeção S4. Plana de amostragem dupla NQA 4%, aplicados para cada tipo de ensaio, exceto para o ensaio de desgaste acelerado que será simples normal e nível de inspeção S3, NQA 4%, retirando-se amostras aleatoriamente do lote.
- 8.5.** A autorização de embarque, de qualquer ITEM, não será concedida se o índice de rejeição for superior a 5% nos ensaios os quais os medidores foram submetidos conforme citados no item



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

7.5 desta especificação. Se repetidos os ensaios no mesmo ITEM persistir o índice de rejeição o contrato será cancelado.

- 8.6.** Será também motivo para cancelamento do contrato se o resultado em dois ITENS consecutivos ou não, apresentarem índice de rejeição superior a 5% (cinco por cento).
- 8.7.** Todos os ITENS ou medidores rejeitados nos ensaios de recebimento serão substituídos pelo fabricante, correndo por sua conta todas as despesas com os ensaios de recebimento que serão repetidos.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1.** Permitir o acesso dos empregados ou credenciados da contratada nas dependências da Contratante para entrega dos equipamentos.
- 9.2.** Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da contratada. O fabricante se obrigará a aceitar a inspeção da CASAL ou de entidade especializada indicada por ela, durante as fases de fabricação e de testes. Para tanto deverá o fabricante informar antecipadamente o período de ocorrência destas fases.
- 9.3.** Atestar as notas fiscais correspondentes, após as devidas conferências.
- 9.4.** Comunicar à Contratada sobre qualquer irregularidade quanto ao fornecimento dos equipamentos.
- 9.5.** Solicitar substituição de equipamentos que apresentarem defeito de fabricação.
- 9.6.** Efetuar o pagamento a Contratada de acordo com as condições e os prazos estabelecidos.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1.** Fornecer os equipamentos solicitados de acordo com as exigências da CASAL, os quais deverão atender ao padrão de qualidade mínimo definido pelo INMETRO, obrigatoriamente, a certificação das normas reguladoras vigentes, inclusive os selos de certificação ambiental pertinentes aos equipamentos em referência. Devendo para tanto, apresentar o selo no rótulo/embalagem do mesmo.
- 10.2.** Fornecer os equipamentos conforme estabelecido no Termo de Referência.
- 10.3.** Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da CASAL.
- 10.4.** Arcar com as despesas com passagem, estadia e traslado das amostras do teste na fábrica, assim como os custos referentes aos procedimentos de inspeção da qualidade do produto.
- 10.5.** Responder por qualquer dano causado diretamente aos bens de propriedade da CASAL, quando esse tenha sido ocasionado por seus empregados ou delegados durante a entrega dos equipamentos.
- 10.6.** Comunicar a Supervisão de Micromedição – SUPMIC/CASAL sobre qualquer anormalidade referente ao fornecimento dos equipamentos, prestando sempre os esclarecimentos julgados necessários com a maior brevidade e clareza, sempre por escrito.
- 10.7.** Descarregar os equipamentos no local definido pela CASAL, de modo a facilitar o recebimento e a sua conferência.
- 10.8.** Substituir os equipamentos que apresentarem defeitos, em até 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da informação/notificação
- 10.9.** A Contratada obrigar-se-á a fornecer durante um período mínimo de 10 anos, a partir da data de fabricação, qualquer peça ou componente do conjunto, para fins de manutenção. Nos casos de modificações que impossibilite a recuperação do hidrômetro, o fabricante efetuará a permuta do mesmo ou do kit, sem nenhum custo para a CASAL.
- 10.10.** A Contratada deve especificar todos os materiais de fabricação do hidrômetro e acessórios e indicar a composição química de todos os componentes do medidor.



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

10.11. A Contratada deve fornecer, pelo menos, 4 kits de ferramentas básicas que permitam a abertura, fechamento e manutenção nos hidrômetros fornecidos.

10.12. A Contratada deverá fornecer catálogos do medidor com vista explodida, código e nome de cada componente do medidor, em português, por ocasião do fornecimento da primeira remessa.

11. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DO REAJUSTE

11.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do referido instrumento contratual, podendo ser prorrogado enquanto houver quantitativo, desde que haja motivação técnica e econômica, termos art. 140 do RILCC *“Art. 140 O prazo de validade da ata de registro de preços será de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos, limitados a 5 (cinco) anos, desde que, cumulativamente, seja demonstrada a vantajosidade, haja saldo de quantidades não consumidas e concordância do fornecedor;”*

11.2. Os preços poderão ser reajustados a partir de 12 (doze) meses, da data limite para apresentação das propostas, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

12. DO MODO DE DISPUTA - ABERTO

12.1 O modo de **DISPUTA ABERTO**, conforme o art. 69 do RILC: *“No modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão suas propostas escritas ou **ELETRÔNICAS** em sessão pública e, na sequência, ofertarão lances sucessivos, crescentes ou decrescentes, conforme o critério de julgamento adotado”.*

13. CRITÉRIO DE JULGAMENTO – MENOR PREÇO

13.1 Art. 70 do RILCC: *O critério de julgamento pelo menor preço ou maior desconto considerará o menor dispêndio para a CASAL atendidos os parâmetros mínimos de qualidade e prazos definidos no instrumento convocatório*

14. PRAZO DE ENTREGA

14.1 O prazo para entrega dos produtos solicitados será de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data do envio do pedido. Após a emissão da Autorização de Fornecimento - AF e recebimento por parte da CONTRATADA.

15. DO LOCAL DE ENTREGA

15.1. Os equipamentos acima discriminados, deverão ser entregues na Supervisão de Micromedicação – SUPMIC, localizada à Rua Prof. José da Silveira Camerino, s/nº (Rua do Sossego), bairro do Farol, CEP 57.057-420, na cidade de Maceió (AL.), **na condição CIF (entregue no local informado neste item), no horário das 8:00 às 11:00 ou das 14:00 às 17:00, de segunda às sextas feiras.**

16. DA GARANTIA DO PRODUTO

16.1. A Contratada deverá garantir a qualidade dos hidrômetros a serem fornecidos por um período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de entrega contra quaisquer defeitos de projeto, material ou de fabricação.

16.2. Os termos de garantia serão fornecidos de forma a contemplar toda a faixa de numeração dos hidrômetros a que se refere, de modo que a CASAL possa exercer seus direitos, nos casos de deficiências de qualidade dos hidrômetros quando em operação.



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 17.1.** As despesas decorrentes da aquisição dos equipamentos aqui especificados, correrão à conta de recursos próprios da CASAL, consignados no seu orçamento para os exercícios de 2021/2022.

18. DA GESTÃO

- 18.1.** O gestor do contrato será o empregado Epaminondas Pascásio da Rocha Júnior, matrícula 2213, a quem caberá: zelar pelo fiel cumprimento do Contrato, atestar as notas fiscais após o devido recebimento pela SUPMIC, solicitar dotação orçamentaria para emissão das Autorizações de Fornecimento (AF's), preparar as Solicitações de Compras (SC's) correspondentes e propor quaisquer sugestões que jugue necessárias para o melhor andamento do contrato.
- 18.2.** A gestão do contrato será exercida conforme disposto na Norma Interna de Gestão de Contratos vigente na CASAL.

19. DO PAGAMENTO

- 19.1.** O pagamento será efetuado mediante a apresentação de Notas Fiscais, discriminada de acordo com a Autorização de Fornecimento (AF), devidamente atestada pelo Gestor do Contrato, e deverá ser acompanhada das Certidões Negativas de Débitos Previdenciários e Trabalhistas e outros exigidos pela Legislação em vigor, através de depósito em conta corrente, após 30 (trinta) dias da entrega das mesmas no sistema financeiro da CASAL.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 20.1.** O fabricante se obrigará a aceitar a inspeção da CASAL ou de entidade especializada indicada por ela, durante as fases de fabricação e de testes. Para tanto deverá o fabricante informar antecipadamente o período de ocorrência destas fases.
- 20.2.** Solicitar substituição de equipamentos que apresentarem defeito de fabricação. O fabricante deve especificar todos os materiais de fabricação do hidrômetro e acessórios e indicar a composição química de todos os componentes do medidor.

21. OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- 21.1.** Todos os custos com impostos relativos ao fornecimento dos hidrômetros devem estar contemplados na proposta;
- 21.2.** A CASAL, por conta do disposto na Instrução Normativa GSEF N. 70/2016, com base na Emenda Constitucional n. 87, de 16/4/2015, do Convênio ICMS 93, 17/12/2015, e da Lei Estadual n. 7.734, de 25/9/2015, teve sua Inscrição Estadual "BAIXADA" no Cadastro de Contribuinte do Estado de Alagoas – CACEAL.

Moisés Vieira da Rocha Neto
Gerente de Operações Comerciais – GERO/CASAL

Epaminondas Pascásio da Rocha Júnior
Chefe da Supervisão de Micromedição – SUPMIC/CASAL



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 21/2021 – CASAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

**ANEXO II
PLANILHA DE CUSTOS**

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID	QTD.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	HIDRÔMETRO UNIJATO VELOCIMÉTRICO CLASSE METROLÓGICA "B", VAZÃO NOMINAL (QN) 0,75 m ³ /h, DN ¾", SEM CONEXÃO. CÚPULA EM POLICARBONATO.		Pç	85.486		
2	HIDRÔMETRO UNIJATO VELOCIMÉTRICO CLASSE METROLÓGICA "B", VAZÃO NOMINAL (QN) 1,5 m ³ /h, DN ¾", SEM CONEXÃO. CÚPULA EM POLICARBONATO.		Pç	4.514		
VALOR GLOBAL.....					R\$	



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 21/2021 – CASAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO III

MODELO DE DOCUMENTOS

MODELO A

CARTA PROPOSTA DE PREÇOS

(APRESENTAR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA PROPONENTE)

A

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS – CASAL

REF. LICITAÇÃO ELETRÔNICA SRP Nº 21/2021 – CASAL

OBJETO:

O signatário da presente, em nome da empresa _____, CNPJ _____, propõe o preço global de R\$ _____ (_____), para aquisição do objeto da presente licitação.

O signatário entrega anexo a esta Carta proposta de Preços a Planilha de Custos, conforme modelo contido no Edital, com duas casas decimais e assinado pelo responsável legal da empresa;

Concorda que em caso de discrepância de valor entre a forma numérica e a forma por extenso do preço global proposto, será considerado o valor por extenso.

Concorda que está ciente com todas as normas e condições deste edital e seus anexos,

Está ciente que o prazo de validade da proposta de preços é de 90 (noventa) dias a contar da data da abertura da Licitação.

Concorda com o prazo de pagamento disposto no instrumento convocatório;

Declara que estão incluídos nos preços todos os custos e despesas, incidentes na prestação do serviço licitado.

Local e data

.....
(Nome/assinatura do representante legal. CPF)

PROPONENTE



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

MODELO B

DECLARAÇÕES DE SUJEIÇÃO AO EDITAL
(APRESENTAR EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

O Signatário da presente _____, CPF Nº _____, representante legal da empresa _____, declara expressamente que:

1. Está de acordo com todas as normas e condições desta licitação e seus anexos;
2. Considerou que o Edital e seus anexos permitiram a elaboração de uma proposta justa e satisfatória.
3. O prazo de validade da proposta de preços, que não será inferior a 90 (noventa) dias contados da data de sua apresentação;
4. Estão incluídas nesta proposta de preços, as despesas com todos os impostos, taxas, encargos sociais, encargos fiscais, encargos previdenciários e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação.
5. Sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação neste processo licitatório realizado pela Companhia de Saneamento de Alagoas, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
6. Para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 13.303/2016, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27.10.1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 05.09.2002, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, nos termos do Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/1999). Salvo a partir de quatorze anos, na condição de Aprendiz. (Se a licitante possuir maiores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição).
7. Sob as penalidades cabíveis, a não superveniência de fato impeditivo da habilitação.
8. Assume total responsabilidade pelas informações prestadas e, em qualquer tempo, exime a ora contratante de qualquer ônus civil e penal que lhe possa acarretar.
9. Fará prova de todas as informações ora declaradas, quando necessário ou quando solicitado.

Local e data

.....
(Nome/assinatura do representante legal. CPF)

PROPONENTE



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

MODELO C

(APRESENTAR EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

(Exclusivo para microempresa ou empresa de pequeno porte)

DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

O Signatário da presente, SR. _____, CPF Nº _____, representante legal da empresa _____, CNPJ _____ declara expressamente, sob as penas da lei, que:

1. cumpre os requisitos legais para qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

Local e data

.....
(Nome/assinatura do representante legal. CPF)

PROPONENTE



**ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS**

MODELO D

(APRESENTAR EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

INFORMAÇÃO DA CONTA CORRENTE DO SIGNATÁRIO

À
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS – CASAL
RUA BARÃO DE ATALAIA, 200,
CENTRO – MACEIO – ALAGOAS
CEP: 57.020-510
A/C DA ASLIC/CASAL

Vimos pela presente solicitar a V.S.^a que todos os pagamentos para liquidação de notas fiscais emitidas por nossa empresa, referente ao contrato oriundo da LICITAÇÃO ELETRÔNICA SRP Nº 21/2021 - CASAL, sejam efetuados por meio de crédito em nossa conta corrente abaixo indicada:

BANCO:
AGÊNCIA Nº:
NOME DA AGÊNCIA:
NÚMERO DA CONTA CORRENTE:
CIDADE:
ESTADO:

Salientamos que os créditos efetuados na conta corrente acima indicada dispensarão qualquer documento de quitação de nossa parte.

Outrossim, declaramos que a conta corrente acima informada é de nossa exclusiva titularidade.

Atenciosamente,

(Carimbo da empresa)

Assinatura
Nome do Representante legal
CPF
Proponente.



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

MODELO E

DECLARAÇÃO DE EMPRESAS COM CHANCELA NO TERMO DE ABERTURA E/OU TERMO DE ENCERRAMENTO

Declaro para os devidos fins que, o Balanço Patrimonial, bem como as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício de _____, da empresa _____ inscrita no CNPJ _____, são partes integrantes do Livro Diário nº _____, livro este, que encontra-se devidamente registrado na junta comercial do município, conforme chancela no Termo de abertura e/ou Termo de encerramento (anexar o termo chancelado).

O Livro Diário nº _____ contém _____ páginas numeradas, da seguinte forma:

- a) da página _____ até a página _____, estão relacionadas as movimentações diárias;
- b) da página _____ até a página _____, estão minhas Demonstrações Contábeis;
- b. 1) Página _____ Balanço Patrimonial;
- b. 2) Página _____ DRE;
- b. 3) Página _____ DLPA (Demonstração do Lucros e Prejuízos Acumulados);
- b. 4) Página _____
- b. 5) Página _____

As informações acima são verídicas e estão de acordo com o edital nº _____ desta Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL e assumo a inteira responsabilidade, bem como, as consequências pela inexatidão das informações acima elencadas.

Obs.: Esta Declaração não exige o Licitante de apresentar o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Contábeis, nem do próprio Termo (este deve estar chancelado pela Junta Comercial), que são imprescindíveis para andamento do processo.

_____, _____ de _____ de 20____.

Representante legal ou procurador da empresa

Contador da Empresa
CRC nº _____



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

MODELO F

DECLARAÇÃO DO PROPONENTE DE QUE NÃO SE ENQUADRA EM NENHUM DOS IMPEDIMENTOS
CONSTANTES NO REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA CASAL

À
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS – CASAL

REF. LICITAÇÃO ELETRÔNICA SRP Nº 21/2021 – CASAL

_____ inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) SR.(ª) _____, RG nº _____, CPF nº _____, **DECLARA**, ter conhecimento da vedação constante no art. 17 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CASAL, abaixo transcrito, e que não se enquadra em nenhuma de suas hipóteses:

Dos impedimentos para participar de licitações ou ser contratado pela CASAL:

Art. 17. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra, serviço ou fornecimento a empresa:

- I - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da CASAL;
- II - esteja cumprindo a pena suspensão do direito de licitar e contratar aplicada pela CASAL;
- III - declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou por Município, na forma do Art. 87, inc. IV da Lei nº 8.666/93 ou declarada impedida de licitar e contratar com os órgãos e entidades integrantes da Administração Pública do Estado de Alagoas, com base no Art. 7º da Lei nº 10.520/02, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- IV - constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- V - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- VI - constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VII - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VIII - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

Parágrafo Único. Aplica-se a vedação prevista no caput:

- I - à contratação do próprio empregado ou dirigente da CASAL, como pessoa física, bem como à participação dele em processos licitatórios, na condição de licitante;
- II - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - a) Dirigente da CASAL;
 - b) Empregado de CASAL cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
 - c) Autoridade do Estado de Alagoas, assim entendido aqueles que exercem o cargo de Secretários de Estado, Diretores Gerais, Presidentes de Estatais e de Órgãos da Administração Direta, Indireta, Autárquica, Fundacional, bem como dos Serviços Sociais Autônomos e seus equivalentes, cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CASAL há menos de 6 (seis) meses.

Art. 18. É vedada também a participação direta ou indireta nas licitações promovidas pela CASAL:

- I - de pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o anteprojeto ou o projeto básico da licitação;



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

- II - de pessoa jurídica que participar de consórcio responsável pela elaboração do anteprojeto ou do projeto básico da licitação;
 - III - de pessoa jurídica da qual o autor do anteprojeto ou do projeto básico da licitação seja administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio, neste último caso quando a participação superar 5% (cinco por cento) do capital votante.
- a) É permitida a participação das pessoas jurídicas e da pessoa física de que tratam os incisos II e III do caput deste artigo em licitação ou em execução de contrato, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento exclusivamente a serviço da CASAL.
 - b) Para fins do disposto no caput, considera-se participação indireta a existência de vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto básico, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.
 - c) O disposto no § 2º deste artigo aplica-se a empregados incumbidos de levar a efeito atos e procedimentos realizados pela CASAL no curso da licitação.

Por ser expressão da verdade.

_____ (local), -----de -----de -----

(representante legal e CPF).



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 21/2021 – CASAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO IV

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2021 – CASAL

REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI ACORDAM, DE UM LADO A COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS E DE OUTRO A EMPRESA _____.

PREÂMBULO – DAS PARTES E DO FUNDAMENTO:

I) DO ÓRGÃO GERENCIADOR: COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL, Sociedade De Economia Mista Estadual, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA, sediada a Rua Barão de Atalaia, nº 200, Centro, Maceió/AL, CEP: 57.020-510, doravante denominada simplesmente CASAL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.294.708/0001-81, neste ato representada por seu Diretor Presidente _____, inscrito no CPF/MF sob o nº..... e por seu Vice-Presidente de Gestão Operacional, _____, inscrito no CPF/MF nº....., ambos residentes e domiciliados nesta Capital.

II) FORNECEDOR (A): _____, Estabelecida a Rua _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, representada por _____, inscrito no CPF/MF nº _____, residente e domiciliado em _____, simplesmente denominada FORNECEDORA.

III) FUNDAMENTO LEGAL DO REGISTRO DE PREÇOS: O presente registro decorre da **LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 21/2021 – CASAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, realizado pelo rito da modalidade do Pregão Eletrônico, devidamente homologada pelo Senhor Diretor Presidente da CASAL e por seu Vice-Presidente de Gestão Operacional, conforme consta no Processo Administrativo Protocolo SEI Nº E:19620.0000003833/2021, na forma do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CASAL - RILC, Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, observadas as condições a seguir expressas:

IV) CHANCELA DA MINUTA CONTRATUAL: A presente minuta foi devidamente chancelada, conforme consta no Processo Administrativo Protocolo SEI Nº E:19620.0000003833/2021, na forma da Lei Federal nº 13.303/2016 e no Regulamento Interno de Licitações Contratos e Convênios – RILC/CASAL.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Possível aquisição de 90.000 (noventa mil) hidrômetros, conforme descrição no Termo de Referência – Anexo I.

1.1. O sistema de registro de preços não obriga a CASAL a comprar nenhum item registrado.

1.2. Para todo e qualquer efeito jurídico, constituem partes integrantes e indissociáveis do presente contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

- a)** Edital de **LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 21/2021 – CASAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, e seus anexos, nestes incluso o Termo de Referência.
- b)** Proposta Comercial da empresa licitante declarada vencedora da licitação

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DA ATA: A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos, limitados a 5 (cinco) anos, desde que, cumulativamente, seja demonstrada a vantajosidade, haja saldo de quantidades não consumidas e concordância do fornecedor.



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E LOCAL DA ENTREGA: Os produtos deverão ser entregues na Supervisão de Micromedicação – SUPMIC, localizada à Rua Prof. José da Silveira Camerino, s/n, Farol, Maceió/AL. CEP: 57.057-420.

3.1. O prazo para entrega dos produtos solicitados será de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data do envio do pedido. Após a emissão da Autorização de Fornecimento - AF e recebimento por parte da FORNECEDORA.

3.2. Os produtos devem ser entregues na condição CIF, no horário das 08:00h às 11:00h e das 14:00h às 17:00h, de segunda a sexta-feira.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DOS RECURSOS: A FORNECEDORA se obriga a fornecer os produtos, objeto desta Ata pelo valor estimado de R\$ _____ (_____), de acordo com sua Proposta.

4.1. Fica expressamente estabelecido que os preços propostos pela licitante incluem todos os custos diretos e indiretos, requeridos para o fornecimento dos produtos objeto deste instrumento.

4.2. As despesas decorrentes deste contrato terão a seguinte classificação orçamentária:

- a) Unidade Orçamentária.....134.200 - GEROCC
- b) Grupo de Despesa.....900.000 - Imobilizado
- c) Rubrica.....900.955 – Hidrômetros

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO: Quando da solicitação do objeto registrado na Ata de Registro de Preços, a CASAL procederá de acordo com as condições abaixo:

5.1. O valor da Nota Fiscal/Fatura deverá corresponder aos produtos fornecidos durante o mês, conforme o quantitativo apurado pelo Gestor do Contrato.

5.2. O pagamento será procedido após a apresentação da Nota Fiscal Fatura protocolada e devidamente conferida e atestada pelo Gestor do Contrato, contando-se o prazo de 30 (trinta) dias a partir do seu lançamento no sistema de controle de pagamento da CASAL.

5.3. A FORNECEDORA do faturamento, deverá apresentar ao Gestor do contrato, os seguintes documentos, com data de validade atualizada:

- a) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Federal, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Prova da regularidade com a Fazenda Pública Estadual, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual;
- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

5.4. A não apresentação dos documentos acima elencados, no prazo de 30 (trinta) dias, ensejará a rescisão do contrato.

5.5. Nenhum pagamento será feito sem que a licitante vencedora tenha recolhido o valor de multa eventualmente aplicada.

5.6. A emissão antecipada do documento fiscal não implicará adiantamento para o pagamento da obrigação. Havendo erro na nota fiscal, a mesma será devolvida à FORNECEDORA.

5.7. Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada à FORNECEDORA, ficando o pagamento pendente até que providenciem as medidas saneadoras, não acarretando ônus para a CASAL.

5.8. Os pagamentos serão efetuados através de depósito bancário em conta corrente da FORNECEDORA: Banco Agência C/C

5.9. No caso de pagamento não efetuado no prazo estabelecido no item 5.2, o valor em atraso será corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, desde do inadimplemento até a data do efetivo pagamento.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE: O preço constante da Proposta da FORNECEDORA ofertado para a aquisição do objeto desta ATA e aceito pela CASAL é **FIXO E IRREAJUSTÁVEL** pelo período de 12 meses.

6.1. Após 12 (doze) meses, os mesmos poderão ser reajustados a cada aniversário de acordo com o Índice econômico IPCA.



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA INSPEÇÃO E CONTROLE DE QUALIDADE: A CASAL submeterá o produto fornecido à inspeção para Controle de Qualidade e de obediência às especificações por ela requeridas.

7.1. Fica pactuado que ocorrendo a rejeição, total ou parcial dos produtos pelos critérios de Controle de Qualidade previstos, a CASAL sustará o pagamento correspondente, bem como, poderá cancelar o fornecimento, no todo ou em parte, de acordo com sua conveniência.

7.2. A FORNECEDORA reembolsará à CASAL por todas as despesas feitas com inspeções para Controle de Qualidade, que resultem em recusa dos produtos, bem como, por todas as despesas decorrentes da não efetivação destas inspeções, quando a FORNECEDORA não oferecer condições para realização das mesmas.

7.3. Os produtos a serem entregues, deverão estar comprovadamente dentro das especificações das normas técnicas do INMETRO e da ABNT pertinentes a este produto.

7.4. Os produtos deverão estar em plena validade, observando-se os prazos indicados pelos fabricantes.

7.5. Não serão aceitos produtos com validade vencida ou com data de fabricação defasada que comprometa a sua plena utilização.

7.6. A FORNECEDORA será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ressecados ou não compatíveis com as especificações do Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA: A FORNECEDORA deverá garantir a qualidade dos hidrômetros a serem fornecidos por um período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de entrega, contra quaisquer defeitos de projeto, material ou fabricação.

8.1. Os termos de garantia serão fornecidos de forma a contemplar toda a faixa de numeração dos hidrômetros a que se refere, de modo que a CASAL possa exercer seus direitos, nos casos de deficiências de qualidade dos hidrômetros quando em operação.

9. CLÁUSULA NONA – DO CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR: Não constitui inadimplemento da FORNECEDORA os atrasos no fornecimento do objeto da presente ATA, quando decorrentes ou causados por caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados no prazo máximo o e improrrogável de 72 (setenta e duas) horas, por iniciativa exclusiva da fornecedora ou quando públicos e notórios forem os eventos.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO: A gestão da ata será de responsabilidade do funcionário Epaminondas Pascásio da Rocha Júnior, Supervisor de Micromedição, matrícula 2213, CPF nº 729.553.094-00, e-mail: epaminondas.pascasio@casal.al.gov.br, telefone: (82) 3315-3159/98813-4238.

10.1. A gestão e a fiscalização do contrato consistem na verificação da conformidade de sua escorreita execução e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do pactuado, devendo ser exercido pelo gestor do Contrato designado pela CASAL, que poderá ser auxiliado por técnicos da CASAL, cabendo ao responsável legal ou preposto da Contratada o acompanhamento dessas atividades, nos termos do art. 203 do Regulamento Interno de Licitações, Contrato e Convênios – RILC da CASAL;

10.2. O Gestor deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle do fornecimento dos materiais/produtos/equipamentos objeto da ata.

10.3. A gestão e a fiscalização contratual dos serviços deverão seguir o disposto na Norma Interna de Gestão de Contratos da CASAL, vigente, no que couber, sem prejuízo de outras medidas que o órgão julgar necessárias, de acordo com a especificidade do objeto e do local.

10.4. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência, em especial aqueles relativos aos índices de produtividade.

10.5. As partes deverão adotar procedimentos e métodos de gestão que além de atender o presente RILC, assegurem o cumprimento dos requisitos preconizados na Licitação, Contrato, Termo de Referência, Projetos e Especificações – sempre de acordo com as normas e legislação pertinentes.



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

10.6. Eventuais necessidades de alteração nas quantidades deverão obrigatoriamente ser formalizadas tempestivamente para que não ocorra situação de comprometimento de recursos sem a respectiva cobertura financeira e prazos contratuais.

10.7. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos Gestores e/ou Fiscais deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção de medidas necessárias e convenientes dos arts. 203 e 204 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios – RILC da CASAL;

10.8. As partes anotarão em registro próprio devidamente carimbado e assinado, todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

10.9. A gestão e a fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, conforme art. 192, II do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios- RILC da CASAL.

10.10. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO: Os produtos serão inspecionados no ato da entrega por equipe especializada da CASAL e deverão atender a todas as especificações técnicas.

11.1. A Supervisão de Micromedição, por seu Supervisor, procederá o recebimento definitivo verificando a qualidade, a quantidade e a conformidade com o exigido no Termo de Referência.

11.2. Os produtos serão recebidos:

11.2.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

11.2.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade do material com a proposta e consequente aceitação.

11.3. Caso sejam insatisfatórias as verificações, será lavrado um Termo de Recusa dos materiais, no qual se consignará as desconformidades verificadas, devendo ser substituído no prazo máximo de vinte dias pelo setor competente contado da comunicação formal.

11.4. Caso a correção não ocorra no prazo acima determinado, ou caso o novo produto também seja rejeitado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e ficará sujeita a aplicação de penalidades.

11.5. Os custos com a substituição dos produtos rejeitados correrão exclusivamente a expensas da FORNECEDORA.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CONTRATO: Durante todo o prazo de validade da ata de registro de preço, a empresa detentora poderá ser convidada a firmar contrato de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, no edital e as determinações na legislação vigente.

12.1. O contrato de fornecimento será sempre representado pela Autorização de Fornecimento – AF ou instrumento equivalente.

12.2. Quando do fornecimento com a Autorização do Fornecimento, a FORNECEDORA é obrigada:

a) Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em restrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

b) Substituir o objeto fornecido em desacordo com as características e especificações exigidas, sem ônus para a CONTRATANTE;



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

- c) Sujeitar-se a fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos necessários, atendendo as reclamações formuladas e cumprindo todas as orientações, do mesmo, visando o fiel desempenho das atividades;
- d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os Artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);
- e) O dever previsto no subitem anterior obriga a FORNECEDORA na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir às suas expensas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, o produto com avarias ou defeitos;
- f) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- g) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- i) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- j) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- k) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- l) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 169 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios – RILC da CASAL;

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: Receber o produto, através do setor responsável por seu acompanhamento ou fiscalização, em conformidade com o Art. 198 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios – RILC da CASAL.

13.1. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta comercial, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

13.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da FORNECEDORA, através de servidor especialmente designado.

13.3. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DA ATA: O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não assinar o termo de contrato ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela CASAL, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento para contratar com a CASAL.

14.1. O cancelamento do registro nas hipóteses acima previstas será formalizado por despacho da autoridade máxima da CASAL, assegurado, de forma prévia, o contraditório e a ampla defesa.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES: O desatendimento injustificado das obrigações assumidas pela contratada sujeitará as seguintes penalidades descritas abaixo conforme previsão dos arts. 213 e 220 do RILC/CASAL:



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

- a) ADVERTÊNCIA, por escrito, pela inexecução parcial do contrato, pelo cumprimento irregular das cláusulas contratuais, pela paralisação da prestação dos serviços.
- b) MULTA moratória, na forma prevista no termo de referência;
- c) MULTA compensatória, na forma prevista no termo de referência;
- d) SUSPENSÃO do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CASAL, por até 02 (dois) anos.

15.1. As sanções previstas nas alíneas a e c desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea b.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS: Os casos omissos ou situações não explicitadas serão decididas pelas partes, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016, no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CASAL suas alterações e demais normas administrativas, federais e estaduais, que fazem parte integrante desta ata independentemente de suas transcrições.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO: Quaisquer questões decorrentes do eventual Contrato serão dirimidas no Foro da Cidade de Maceió - AL, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordes, as partes assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma juntamente com as testemunhas a tudo presentes.

Maceió, ____ de _____ de _____.

TESTEMUNHAS:

DIRETOR PRESIDENTE/CASAL

NOME

VICE-PRESIDENTE DE GESTÃO OPERACIONAL/CASAL

NOME

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
P/ FORNECEDORA



**ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS**

ATA Nº XX/2021

ANEXO I